

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho

MANOEL FRANCISCO BRITO — Diretor Presidente

ROSENAL CALMON ALVES — Diretor

WILSON FIGUEIREDO — Diretor de Redação

DACIO MALTA — Editor

MERVAL PEREIRA — Editor Executivo

ORIVALDO PERIN — Secretário de Redação

O Jogo das Cartas Marcadas

Nota-se em alguns setores da economia brasileira, sobretudo nos meios financeiros, uma ansiedade quanto à demora na definição das regras do jogo econômico pelo governo Itamar Franco. Diante das circunstâncias especiais que levaram ao afastamento do presidente Fernando Collor e a sua substituição pelo vice Itamar Franco, há menos de dois meses, é apressado exigir definições econômicas antes das políticas.

Reclama-se da falta de definições em matéria de política econômica, de legislação salarial, de reajustes de preços (públicos e privados), dos novos rumos da privatização, da indefinição da reforma fiscal, e assim por diante. No entanto, as regras do jogo não mudaram: É preciso lembrar que a agenda que trouxe Itamar Franco ao poder é da responsabilidade da imensa maioria da sociedade e não apenas dos 35 milhões que votaram na chapa vencedora da eleição de 1989.

Consciente da interinidade e do caráter de transição que continuará revestindo a sua gestão após o afastamento definitivo do presidente Fernando Collor, Itamar Franco tem destacado o primado da responsabilidade política do seu governo sobre quaisquer outras iniciativas.

Nesse sentido, o presidente vem procurando obter, através da negociação e do consenso com diversas correntes no Congresso, uma base capaz de aprofundar amplas negociações políticas. A longa experiência político-parlamentar do presidente, ensinou que as propostas tecnocráticas só são passíveis de aprovação no Congresso depois de amplo acordo político. O ajuste político precede, portanto, o ajuste fiscal.

Para se chegar a esse ajuste, cumpre, desde já, o entendimento de algumas premissas básicas: o presidente afastado não deve voltar; a composição política implica acordo sobre a questão social; a reforma eleitoral é tão importante quanto a reforma fiscal; e ambas se vinculam ao plebiscito de abril e à reforma constitucional de 93.

Apesar das críticas, há reconhecimento geral do diagnóstico da crise econômico-social formulado pelos ministros Paulo Haddad e Gustavo Krause. As desconfianças recentes sobre a ênfase no social — se já não fosse absurda manifestação de insensibilidade pela deterioração das condições de vida da maioria da população — revelam, também, falta de lógica.

O deslocamento do foco das preocupações do Executivo — da modernização ao campo social — não implica aumento de gastos. O governo Itamar Franco tem mantido uma linha de profunda austeridade fiscal. Apenas está havendo realocação de recursos sem novo comprometimento de gastos. Nos últimos meses do governo anterior, o quadro era exatamente inverso. A investida nos gastos de

duvidoso retorno social e econômico chegou a tal ponto que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, teve de trancar o cofre a sete chaves.

É interessante destacar, no entanto, que os dirigentes do setor produtivo não demonstram a mesma ansiedade dos executivos financeiros e dos representantes dos investidores nacionais e estrangeiros. Estaria a sociedade brasileira dividida entre a imensa maioria que já não suporta mais os truques da indexação e os pacotes e mágicas econômicas e a minoria que se viciou na cultura inflacionária da indexação e na reação pavloviana aos choques econômicos que não deram certo?

Aparentemente, a cobrança de regras do jogo estáveis (para um governo que mantém as linhas gerais da política econômica anterior) se prenderia à atual imprevisibilidade dos cálculos econométricos e projeções que norteiam os negócios financeiros. O fim da simetria entre os índices de preços e os índices financeiros ampliou as margens de risco nas operações de arbitragem entre os diversos mercados especulativos.

O espaçamento dos reajustes de preços de produtos e tarifas das empresas estatais atingiu, de forma especial, os técnicos que se especializaram em acompanhar, nos quase 30 anos de indexação no Brasil, a dança dos preços para orientar grandes tacadas no mercado financeiro. Isso explica, por exemplo, a recente celeuma sobre o reajuste dos combustíveis, que extrapolou os próprios custos da Petrobrás, dos produtores de álcool e dos revendedores de gás e postos de abastecimento.

O aumento da gasolina detona uma série de reajustes de preços que nada têm a ver com os combustíveis na fase de produção ou de venda. Primeiro, pelo efeito psicológico; em seguida, pela indexação (o reajuste da gasolina pesa na variação da inflação, que acaba servindo de índice para o próximo aumento dos combustíveis).

Neste aspecto, a divisão do reajuste dos combustíveis em etapas, dificulta a previsão dos impactos nos índices de preços e nos indexadores das taxas de juros e das operações nos mercados futuros das Bolsas de Valores e Mercadorias, baseadas na taxa de juros.

A ansiedade reflete a natural preocupação daqueles que têm alguns milhões de dólares aplicados em operações renovadas diariamente no mercado financeiro. Se as instituições financeiras representam apenas 12% do PIB brasileiro, a preocupação da minoria não pode preceder a da maioria (ainda que amplos setores da sociedade também façam suas aplicações financeiras).

A sociedade está cansada da indexação e de definições de regras do jogo com cartas marcadas, que nascem de decisões tecnocráticas e imperiais.